

**IMPERIALISMO: NOVO SIGNIFICADO DA PARTILHA
TERRITORIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

**IMPERIALISM: NEW MEANING OF TERRITORIAL SHARING
IN CONTEMPORANEITY**

**IMPERIALISMO: NUEVO SIGNIFICADO DEL DESPOJO
TERRITORIAL EN LA ETAPA CONTEMPORÁNEA**

Lucas Gama Lima¹
lucas.lima@delmiro.ufal.br

RESUMO: O presente artigo tem como objeto de análise a fase imperialista do capitalismo na contemporaneidade. A internacionalização do capitalismo, em sintonia com processo de financeirização do capital, permitiu um regime de acumulação sem precedentes e com alto grau de expropriação. A interpenetração de capitais afeiçoou corporações transnacionais de diferentes formações sociais e de distintos matizes, que atuam em escala global. No imperialismo contemporâneo, os países periféricos também participam do processo de partilha, a qual se tornou prioritariamente mediata (e não mais imediata). Em suma, na atual quadra histórica, a dinâmica imperialista contemporânea conduz à mescla de investimentos de *players* oriundos de distintos países, buscando apropriação absoluta/relativa do espaço, em uma busca desenfreada pela valorização do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo. Capital financeiro. Partilha territorial.

ABSTRACT: The current article has as analyzes object, the imperialist phase of capitalism on contemporaneity. The internationalization of capitalism, in conformity with the process of capital financialization, has allowed an unprecedented accumulation regime with a high degree of expropriation. The interpenetration of capital has secured transnational corporations of different social formations and of varying degrees of shade, which act on a global scale. In contemporary imperialism, the peripheral countries also participate in the sharing process, which has become primarily mediate (and not more immediate). In conclusion, in the current historical period, contemporary imperialist dynamics leads to a blend of investments of derivative *players* from different countries, seeking absolute / relative appropriation of space, in an unbridled search for capital appreciation.

KEYWORDS: Imperialism. Financial capital. Territorial sharing.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo de análisis la fase imperialista del capitalismo en la época contemporánea. La internacionalización del capitalismo, en línea con el proceso de financiarización del capital, permitió un régimen de acumulación sin precedentes y con elevado grado de expropiación. La interpenetración de capitales desarrolló corporaciones transnacionales de diferentes formaciones sociales y de diferentes raíces, que actúan a escala global. En el imperialismo contemporáneo, los países periféricos también participan del proceso de despojo, lo

¹ Professor Adjunto do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Delmiro Gouveia, Alagoas. Licenciado e Doutor em Geografia pela UFS.

cual se ha convertido en una prioridad mediata (y no inmediata). En síntesis, en la actual etapa de la historia, la dinámica imperialista contemporánea conduce a la mezcla de inversiones de jugadores de distintos países, buscando la apropiación absoluta/relativa del espacio, en una búsqueda sin frenos por la valorización del capital.

PALABRAS CLAVE: Imperialismo. Capital financeiro. Despojo territorial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito analisar a particularidade do imperialismo contemporâneo. Parte-se do pressuposto de que as alterações no modo de produção capitalista, no último quartel do século XX, substancializadas na internacionalização da produção, na acumulação mundializada de capitais e na hegemonia do capital financeiro, conformaram um sistema imperialista, que recrudescer seu caráter parasitário e destrutivo.

O processo de financeirização da economia e a concentração e centralização de capitais, conduziu a participação “consorciada” de corporações empresariais (industriais e financeiras) na exploração do mais-valor, na apropriação da renda da terra e na expropriação primária em diversos rincões do planeta. O capitalismo, em que pese a imprescindível relevância da intervenção estatal, deixou de ser uma economia pautada no mercado nacional e passou a operar em escala mundial, açambarcando investimentos e interesses de *players* situados em formações sociais de variados graus de desenvolvimento das forças produtivas. Em decorrência disso, o imperialismo não pode ser explicado pela disputa de Estados nacionais pela partilha territorial de zonas exclusivas para seus monopólios.

As rivalidades militares interimperialistas não se dissolveram, mas foram ressignificadas, em face da pujante interpenetração de capitais. Ou seja, o instrumento da beligerância militar não foi descartado, uma vez que as guerras servem como mecanismo contratendencial de curto prazo à crise do capital e uma vez que as mediações das políticas nacionais, naquilo que Arrighi (1996) denominou de lógica territorial de poder, não foram integralmente anuladas. Entretanto, as ações militares tem sido direcionadas seletivamente para grupos e formações sociais que obstaculizem à reprodução ampliada do capital. Além disso, há operações articuladas (mas nem por isso isentas de contradições e divergências), constituídas por forças militares de antigas nações rivais da corrida imperialista, do início do século XX, como por exemplo, a OTAN. Todas elas imbuídas em assegurar, inexoravelmente, a continuidade do processo de reprodução ampliada do capital, onde quer seja possível.

Nesse sentido, o artigo se propõe a realizar uma breve releitura bibliográfica dos primeiros marxistas críticos ao fenômeno do imperialismo, situados na II Internacional,

buscando identificar o corolário de suas análises sobre o imperialismo emergente, nos albores do século XX. Em seguida, será desenvolvida uma análise essencialmente teórica, à luz de estudos da Geografia e de outros ramos das Ciências Sociais sobre o imperialismo contemporâneo, desvelando sua atual e particular tessitura, enquanto síntese dialética do passado, pois como explicou Boron (2003), o imperialismo não se transformou em seu contrário, numa sociedade global interdependente, como propõe a narrativa ideológica hegemônica. Segue sua sanha produtora de dor, morte e maiúsculas contradições. No entanto, suas modificações exigem o esforço de decodificar sua dinâmica contemporânea.

NA URDIDURA DO IMPERIALISMO

Por meio da análise sobre a (re)produção do capital, Marx (2011) aventou as bases fundamentais do imperialismo, uma vez que era cristalina sua idéia sobre a tendência do capital a expandir-se sobre os rincões da Terra. Diversos trechos de suas publicações apontam para essa compreensão, como nesse parágrafo do *Grundrisse*, escrito na segunda metade do século XIX:

O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; considerado aqui do ponto de vista do mais-valor absoluto ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo; no fundo de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital (Ibid, p. 332).

Wood (2014) afirmou que Marx se destacou pela curiosa presciência de prever que o capitalismo se tornaria o modo de produção hegemônico, espalhando-se pelo mundo.

A respeito disso, Harvey (2009a) afirmou que não se pode encontrar em Marx uma análise dedicada ao imperialismo, mas não se pode deixar de encontrar em seus escritos uma análise pioneira do processo de acumulação do capital e seus desdobramentos espaciais que substancializaram os elementos para a crítica ao imperialismo.

Marx no llegó a proponer una teoría del imperialismo. Em sus comentarios sobre las relaciones de transporte, la teoría de la localización y el comercio exterior indica claramente, sin embargo, que tiene em mente una especie de teoría general de la acumulación de capital em una escala geográfica que se expande y se intensifica (Ibid, p. 276).

Em sua verve, à Marx coube analisar o estágio inicial da relativa separação do capital destinado a extrair o mais-valor, do capital portador de juros. O primeiro,

responsável pela subsunção formal/real do trabalho, o segundo, determinado a puncionar o lucro do primeiro. Ambos, enredados na trama da relação social de exploração capitalista.

O capital produtor de juro, por sua vez, é forma puramente abstrata do capital produtor de lucro (MARX, 2011, p. 753).

As considerações de Marx sobre o devir do processo de acumulação do capital tornaram-se a chave-mestra para os primeiros estudos marxistas do imperialismo, cunhados pelos teóricos da II Internacional (Hilferding, Luxemburgo, Bukharin e Lenin). Estes se lançaram a analisar o quadro econômico e político, em curso no último quartel do século XIX, que culminou na formação do capital financeiro. A realidade com a qual lidaram os primeiros estudos marxistas acerca do imperialismo caracterizava-se pelas alterações antitéticas do capitalismo da livre-concorrência em uma economia hegemônica pelos monopólios e na paulatina transição do centro de acumulação capitalista da Inglaterra para os Estados Unidos e Alemanha.

Debruçando-se atentamente sobre o livro III de “O Capital”, Hilferding (1985) registrou que a transformação da produção individual capitalista em um regime de associações de investimento, materializadas por meio das sociedades anônimas, criou o ilusório entendimento de que há, necessariamente, uma multiplicação do capital. Na verdade, os investimentos realizados pelos acionistas na Bolsa e que, por sua vez, podem servir para oxigenar as atividades fabris, resultaram de seu ignominioso desejo de ver rapidamente um determinado quantum de dinheiro acrescido. Porém, esse dinheiro acrescido não representa fielmente o desempenho da taxa de lucro do industrial, uma vez que esse dinheiro acrescido alimenta-se da especulação.

A autonomização paulatina do dinheiro diante do processo $D - M - D'$, tão bem exposta por Marx no livro III de O Capital, é um fato incontestável para Hilferding. O capital financeiro, então, para Hilferding (1985), pressupõe a união pessoal do capital bancário – este, cada vez mais imbricado com os fictícios capitais da Bolsa e, nesse sentido, por muitas vezes representando um único personagem – e do capital industrial na forma de monopólio. Na análise de Hilferding, nos chama a atenção, sua capacidade em desvelar as entrelinhas da formação dos monopólios, ao expor que os mesmos contribuem para a expansão do mercado mundial e que sua força reside, sobretudo, no uso do protecionismo econômico via Estado. Os monopólios na fase do capital financeiro se forjam no interior das formações nacionais protegidas pela sobretaxação dos produtos estrangeiros e/ou ingresso de capital do exterior. Hilferding (1985) explica que o protecionismo tornou-se um

recurso indispensável para a segurança e desenvolvimento dos monopólios e que naquelas formações sociais, onde o Estado interveio em favor da proteção dos seus grupos monopólicos, foi possível observar seu significativo crescimento econômico.

Hilferding (1985) utiliza a expressão “território econômico” para designar o espaço pelo qual é possível aos monopólios da nação consumarem sua exportação de capital. As formações sociais com elevado excedente de capital tendem a expandi-los para o exterior e, como já foi dito, o Estado é indispensável para a realização dessa iniciativa. A diferença é que a existência de um expressivo “território econômico” é um importante indicador da pujança econômica dos monopólios da nação.

Quando maior o território econômico e maior o poder estatal, tanto mais privilegiada a posição do capital nacional no mercado internacional. Assim o capital financeiro torna-se portador da ideia de fortalecimento do poder estatal por todos os meios. Mas, quanto maiores forem as diferenças que se tornaram históricas no poder estatal, tanto mais diferentes serão as condições da concorrência e mais exasperadas, porque tanto mais auspiciosa será a luta dos grandes territórios econômicos pelo domínio do mercado mundial. Essa luta será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for o seu empenho pela monopolização de porções do mercado mundial para o capital nacional; mas, quanto mais avançado o processo de monopolização, tanto mais exasperada a luta pelo resto (Ibid, p. 311).

O imperialismo para Hilferding (1985) se materializa, portanto, por meio da intervenção estatal no exterior, buscando viabilizar o território econômico de seus monopólios. Quanto mais desenvolvida a economia, com os monopólios, trustes e cartéis, mais empenhado estará o Estado em assegurar êxito na exportação de capital, subsidiando a produção nacional para fortalecer sua luta contra o protecionismo monopólico do exterior, intervindo na aniquilação de relações sociais não compatíveis com a compra e venda de mercadoria e se apropriando de novas áreas.

Luxemburgo (1984) se contrapõe a tese de que o modo de produção capitalista pode se sustentar em um tempo longo, sem que o globo terrestre disponha de relações sociais não-capitalistas. Sua tese é que “a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não-capitalistas. Sem esses modos [...] não pode efetuar-se” (Ibid, p. 285).

Assim, Luxemburgo condiciona a sobrevivência das relações capitalistas à existência de economias não-capitalistas. Em sua leitura, somente por meio das trocas entre modos de produção distintos é possível ajustar a contradição essencial da acumulação do capital, compreendida como a insuficiência de consumo para o volume da produção. Nesse sentido, o imperialismo para Luxemburgo (1984) advém da necessidade dos países

capitalistas de conquistarem áreas que ainda não estejam sob o domínio do capital, a fim de realizarem seu mais-valor. A exigüidade dessas novas áreas define a virulência das ações dos Estados capitalistas. A finitude do globo terrestre, com restritas áreas não inclinadas às relações de trabalho matizadas pelo capital, transforma a busca pelas mesmas em um processo de beligerância, que tende a resultar em catástrofes econômicas e sociais.

Por isso, Luxemburgo (1984) afirma que o imperialismo corresponde à fase final do desenvolvimento capitalista, pois talha-se em uma disputa sem precedentes das nações com grande desenvolvimento das forças produtivas por escassas áreas não-capitalistas. Deste modo, ao tempo em que o imperialismo é a válvula de escape para o descompasso entre a produção e a realização, ele também representa o retorno dessa contradição, à medida em que ele volta-se contrariamente a qualquer modo de produção antitético ao capitalismo.

O imperialismo hodierno não representa, como em Bauer, um simples prelúdio da expansão do capital, mas constitui a última fase de um processo histórico de desenvolvimento: é o período da concorrência geral e mundial mais acirrada dos Estados capitalistas, da luta pela conquista do que sobrou das regiões não-capitalistas ainda existentes neste mundo. A catástrofe econômica e financeira constitui, portanto, o elemento vital dessa fase final, a forma normal de ser do capital, da mesma maneira que já o fora em sua fase de formação, durante “a acumulação primitiva”. [...]. O que melhor caracteriza o imperialismo enquanto luta final de concorrência pela hegemonia capitalista não é apenas a energia e versatilidade da expansão – sinal específico de que começa a fechar-se o círculo do desenvolvimento –, mas também o contragolpe sofrido pelo capital nessa luta decisiva pela expansão, com a conseqüente volta das zonas pretendidas a seus países de origem. O imperialismo leva, assim, a catástrofe (ou seja, sua forma de existência) da região periférica de seu desenvolvimento de volta para o respectivo ponto de partida (Ibid, p. 400; 401).

Para Bukharin (1984) a internacionalização da economia industrial capitalista ergueu-se sobre toda a população mundial, sendo um fato, incontestavelmente, de enorme dimensão. Porém, essa internacionalização não se efetuou à margem do processo de internacionalização bancária. As duas se complementam. E a sua fusão representa a criação de uma força sem precedentes: o capital financeiro. Somente a fusão entre o capital bancário e o capital industrial confere ao capital financeiro, o poder de expandir-se dentro e fora da nação. Esse capital financeiro é ávido por lucros e ao expandir-se pelo globo terrestre, parece não querer ignorar qualquer espaço que, em potencial, lhe forneça lucro.

O capital financeiro é, sem nenhuma sombra de dúvida, a mais penetrante forma de capital – justamente a que, como a natureza, sofre do que antes se chama o *horror vacui* e sente a necessidade de cobrir cada “vazio”, não importa se se encontra em regiões “tropicais”, “temperadas” ou “polares”, desde que o lucro transborde em quantidade suficiente (Ibid, p. 51).

Bukharin (1984) prevê que sob os auspícios do capital financeiro, a incursão ao exterior jamais limitar-se-á a simples venda de mercadorias, como aconteceu na época do livre-câmbio. O que caracteriza a fase imperialista do capitalismo é a cobiça pela posse de novas áreas, de alargamento do chamado território econômico. E tal feito é, em geral, regado a sangue e suor dos que são subjugados através da força militar do Estado. Nota-se no corolário do pensamento de Bukharin a indissociabilidade entre o capital financeiro, o imperialismo e o militarismo. Na medida em que o capital financeiro representa a supremacia das relações mais alienadas em nome do lucro, tornam-se corriqueiras as ações diretas e indiretas de coação de um povo sobre o outro. Na retaguarda dos interesses dos monopólios nacionais, esconde-se a retórica das armas e estas são imprescindíveis para os interesses dos primeiros. Este excerto, avultado por Bukharin (1984) é ilustrativo do que se objetiva expressar:

A sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. E assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco é a existência dos exércitos a causa essencial e a força motriz das guerras (embora, na realidade, as guerras sejam impossíveis sem exércitos) – mas, muito ao contrário, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. Eis, por que, nos dias de hoje, quando os conflitos econômicos atingem os mais altos níveis de tensão, assistimos à corrida armamentista. O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro (Ibid, p. 120).

Lenin (2002) demonstrou estar imerso na leitura dos escritos do livro III de “O Capital” de Marx, em que o mesmo aventava sobre a tendência à separação entre capitais, como germe que se desenvolve no seio do modo de produção capitalista. A perspicácia de Lenin, porém, está em identificar que essa contradição, desenvolvida no interior do capitalismo, conformou a fase imperialista desse modo de produção, em cuja qual, o capital financeiro – espinha dorsal dos monopólios – empurra o capitalismo a sua fase imperialista.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo [...] (Ibid, p. 94).

Consoante Lenin (2002), a imbricação entre o capital financeiro e o Estado é um fato iniludível, e os monopólios são forjados e expandidos em decorrência desse elo. O Estado com seu aporte militar se encarrega de quebrar a resistência de outras nações,

conquistando novas áreas não somente para assegurar a realização das mercadorias, mas a produção de capital no exterior. Para Lenin (2002) esse é mais um pressuposto presente na formação do capital financeiro. A política exterior já não tem como marco a troca de mercadorias, mas a exportação de capitais para as regiões, onde a taxa de exploração da força de trabalho é maior e/ou seja possível dispor de matérias primas e recursos naturais. As associações internacionais acotovelam-se, representadas pela diplomacia militar de seus respectivos Estados, para alcançar o conforto do domínio territorial dos mercados no exterior. Portanto, na leitura de Lenin (2002), o imperialismo reservava uma pugna interimperialista entre as nações pela conquista de mercados, afirmando, inclusive, que a condição para a mais expressiva atuação do capital financeiro estava condicionada à apropriação direta das colônias, a saber, à subjugação política das nações de economia atrasada.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos (Ibid, p. 62).

Ademais há que se registrar que a fase imperialista do capitalismo não era para Lenin (2002) um *ad infinitum*, mas a etapa superior do capitalismo. Aquela que corresponde à máxima elevação de suas contradições, que longe de serem superadas, concorrem para a própria degeneração do capitalismo.

Em síntese, pode-se afirmar que nas formulações dos críticos marxistas do imperialismo, situados na II Internacional, haveria uma beligerância entre as nações de capital monopólico pela conquista de territórios, especialmente, nos países periféricos da economia capitalista. Ou seja, aquelas formações sociais que ainda não passavam por processos de concentração e centralização do capital, capazes de alavancar a formação de grandes corporações e brindar o capital financeiro de maior elasticidade para as suas operações seriam vítimas da corrida imperialista por matérias-primas, por mercados para a venda de mercadorias e por investimentos de capitais.

[...] las teorías clásicas pronosticaban que como resultado de la competencia interburguesa las guerras entre las potencias capitalistas serían inevitables (BORON, 2012, p. 22; 23).

Delineava-se um cenário em que a concorrência econômica era transposta para uma concorrência político-militar entre as nações de economia avançada, anunciando um período de guerras e intensas disputas.

Estas formulações calcavam-se num contexto em que as corporações monopólicas reuniam capitais de origem nacional. Não somente as mesmas tinham sua matriz radicada em seu país de origem, como o processo de concentração e centralização do capital estava hegemonicamente involucrado em escala nacional, contando com forte apoio dos Estados-nação. O curso da interpenetração de capitais de diversos matizes e diferentes formações sociais era pouco significativo. Desse modo, compreende-se, perfeitamente, a indicação da beligerante partilha territorial como uma tendência insofismável da fase imperialista do capitalismo, pelos críticos marxistas do imperialismo, situados na II Internacional.

Ahmad (2006) compartilha da concepção de que a beligerância entre os países, que tinham como camada subjacente a “rivalidade interimperialista”, pressupunha uma fase dentro da evolução global do modo de produção capitalista em que os capitais nacionais eram essencialmente discriminados por natureza e com escassa interpenetração.

Amin (1999) de modo geral, também segue a mesma perspectiva:

Estos oligopólios eran todavía grupos organizados nacionalmente, a pesar de la expansión de sus actividades en el extranjero y de la ocasional interpenetración y cosmopolitismo de sus estrategias. Por aquella época su competencia agudizó la rivalidad entre los Estados nacionales[...] (Ibid, p. 24).

Arendt (1989), em sua análise da lógica territorial de poder, afirmou que a burguesia, antes do imperialismo, não se interessava em obter a dominação política, contentando-se com qualquer forma de Estado que não atrapalhasse seus objetivos, entretanto, as dificuldades em administrar a superprodução de capital estimularam a burguesia em buscar a conquista das rédeas políticas. Ademais, Arendt concluiu que, no início do século XX, o nacionalismo aliado ao racismo serviu como narrativa ideológica que justificou as investidas militares expansionistas dos países imperialistas sobre outros países, lapidando o mundo de acordo com seus interesses.

[...] o nacionalismo descambou tão nitidamente para o imperialismo, apesar da contradição inerente aos dois princípios. Quanto menos adequadas eram as estruturas das nações para a incorporação de povos estrangeiros (o que aliás, contradiria a constituição de seu próprio corpo analítico), mais se viam tentadas a oprimi-los. Teoricamente, existe um abismo entre o nacionalismo e o imperialismo; na prática, esse abismo já foi transposto pelo nacionalismo tribal e pelo racismo desenfreado, pois desde o início os imperialistas de toda parte diziam-se “acima de todos os partidos” e ufanavam-se disso, julgando-se os únicos que podiam falar em nome da nação como um todo (Ibid, p. 182; 183).

Esse contexto permitia às rivalidades nacionais se sobreporem à construção e consolidação de uma dinâmica de valorização do capital para além das fronteiras. As duas principais guerras do século XX foram sintomáticas do que se deseja explicar. A instável

geopolítica da época impedia uma maior articulação internacional burguesa para assegurar a reprodução ampliada do capital em escala mundial, incursionando conflitos interimperialistas, em nome da partilha imediata do espaço para exploração de suas respectivas corporações nacionais.

Isto permitiu, inclusive, que se forjasse nos países periféricos um pensamento pró-industrialização nacional (como ocorreu na América Latina com os formuladores da Cepal) e um pensamento crítico marxista que alertava as relações hierárquicas entre as economias centrais e periféricas (como também ocorreu na América Latina com os signatários da Teoria da Dependência). Também permitiu que o imperialismo fosse concebido, necessariamente, como uma investida militar de um Estado contra outro, em prol da expansão das empresas monopólicas nacionais, dando origem ao equívoco de interpretação, que dissocia o imperialismo do capitalismo. A esse respeito, vale registrar a crítica tecida por Petras (2007) às análises do imperialismo voltadas exclusivamente a sua dimensão militar, haja vista que para ele o imperialismo é uma realidade econômica estrutural determinante e não um jogo de conspirações ou de estratégias operadas pelos governos. Não foram poucas as organizações de esquerda que entoaram o discurso de uma suposta distinção entre a luta anti-imperialista e anticapitalista, a exemplo da formulação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, em seu V Congresso, realizado em 1960, vislumbrava a possibilidade de aliança com a burguesia brasileira, vide à suposta disparidade entre os interesses nacionais da industrialização do país e os interesses imperialistas.

Em outras palavras, a ênfase na partilha territorial, por meio da disputa militar, contribuiu para que se perdesse de vista que o imperialismo é a maneira em que se manifesta o capitalismo com a formação dos monopólios e o poder (re)ordenador do capital financeiro. Portanto, não representa uma coisa à parte do capitalismo ou seu suplemento.

É preciso observar que a fase imperialista do capitalismo (inicialmente analisada pelos signatários da II Internacional) ainda segue vigente, entretanto, apresenta em seu seio alterações que reforçam seu caráter expropriador e parasitário e lhe dão particularidade. Dessa feita, faz-se necessário atualizar a crítica ao fenômeno do imperialismo à luz da dinâmica de acumulação do capital em curso, pois:

Es evidente que un fenómeno como el del imperialismo actual – su estructura, su lógica de funcionamiento, sus consecuencias y sus contradicciones – no se puede comprender adecuadamente procediendo a una relectura talmúdica de los textos clásicos de Hilferding, Lenin, Bujarin y Rosa Luxemburg. No porque ellos estuvieran equivocados, como le gusta decir a la derecha, sino porque el capitalismo es un sistema cambiante y altamente dinámico que, como escribieran Marx y Engels en

el Manifiesto Comunista, “se revoluciona incesantemente a sí mismo”. Por consiguiente, no se puede entender al imperialismo de comienzos del siglo XXI leyendo solamente a estos autores. Pero tampoco se lo puede comprender sin ellos. No se trata, por supuesto, de la monótona y estéril reiteración de sus tesis (BORON, 2003, p. 11;12).

A internacionalização do modo de produção capitalista, com o alcance ora observado, associada ao processo de financeirização da economia, que generalizou o modelo de corporação transnacional de sociedade anônima, propiciou uma interpenetração de capitais, sem registro similar na história do capitalismo.

O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Não obstante muitas corporações continuem radicadas em seus países de origem, recebendo alguma forma de subsídio estatal e proteção militar, a captação de seus recursos tornou-se mundial. O capital portador de juros e o capital fictício afluem de diversos *players* situados em distintos países, inclusive, periféricos.

[...] com a internacionalização da produção e a mundialização da economia, as corporações transnacionais conseguiram unificar globalmente o ciclo do capital: produzem internacionalmente, financiam-se internacionalmente e realizam a produção também internacionalmente (COSTA, 2007, p. 94; 95).

Gowan (2009) oferece um exemplo emblemático disso: em meio à ameaça de falência de duas das maiores instituições financeiras norte-americanas, Fannie Mae e Freddie Mac, as mesmas foram nacionalizadas pelo governo dos Estados Unidos com uma injeção de liquidez de 200 bilhões de dólares, por exigência de seu principal credor, o governo chinês, portador de mais de 400 bilhões de dólares em títulos das duas instituições.

Toussaint (2002) afirma que 1/3 do comércio mundial na atualidade é intra-firma, em outras palavras, entre as próprias corporações transnacionais, suscitando obstáculos em se estabelecer uma estatística que traduza a realidade das trocas entre os países.

Por consequência, não se observa na contemporaneidade a um imperialismo substantivado num iminente confronto direto entre nações de economias monopolistas e financeirizadas. Há uma contraditória articulação em escala mundial – a qual não suprime as diferenças de produtividade do trabalho e do capital, bem como a discrepância de volume de operações entre as corporações radicadas em distintos países, centrais e periféricos – da burguesia dos países, ensejada pelo compulsório desejo de valorizar o capital. Essa articulação contraditória forma um sistema imperialista que açambarca inúmeras empresas e Estados em uma relação hierárquica de valorização do capital.

Assim como a teoria se situava historicamente o “imperialismo”, será útil agora situar historicamente esta teoria, elaborada com base na experiência do final do século XIX e começo do século XX. Quase oito décadas depois, a disputa feroz entre potências capitalistas foi substituída por uma espécie de “aliança estratégica” dirigida pelos Estados Unidos, ainda que nela subsistam importantes contradições que poderiam mesmo se ampliar com o aprofundamento da crise. De qualquer forma, estamos muito longe do panorama de confrontos violentos do passado entre países centrais. Distintos fatores contribuíram para esta nova realidade. Um deles foi a permanência, durante quase meio século, de um bloco anticomunista dominado pelos Estados Unidos, que forjou cooperações, interesse comuns etc. Outro fator essencial é o processo de interpenetração econômica, associações e fusões transnacionais de empresas em cujo cume se encontra a constituição de um único sistema financeiro-especulativo hegemônico nos países centrais, condicionando seus estados e estruturas produtivas, atravessando fronteiras nacionais. Mas isso não significa a chegada de uma nova etapa, “superior” (ultra-imperialista) do capitalismo (BEINSTEIN, 2011, p. 257; 258).

Não se vislumbra, porém, o aparecimento de um cenário marcado por relações estáveis entre as corporações e entre os Estados. Muito pelo contrário. É sempre uma relação ancorada em “pés de barro”, ou seja, instável.

O caráter oligopolista da concorrência implica a dependência mútua de mercado, bem como a instituição de formas combinadas de cooperação e de concorrência entre os “verdadeiros rivais”. Não significa de maneira alguma, que os grupos deixem de se entregar a uma rivalidade acirrada, muitas vezes encarniçada, chegando até a ser “mortal”. A arena é mundial. É preciso, então, que também o sejam as estratégias dos rivais, bem como os modos de coordenação, controle e gestão aplicados dentro dos grupos. Mas é sempre explorando, o melhor possível, as desigualdades nacionais, e até reconstituindo-as, que os oligopolistas levam a concorrência (CHESNAIS, 1996, p. 117).

O que se deseja apresentar é que se verifica a primazia da valorização do capital sobre qualquer injunção de cunho político, social ou cultural. Como afirma Fontes (2010), a partilha, outrora hegemonicamente imediata, tornou-se, doravante, mediata.

Magdoff (1972) já afirmava que uma das transformações que passaria o imperialismo era o encerramento do foco na rivalidade militar pela partilha do mundo em nome da consolidação de um sistema imperialista.

A prioridade da subjugação é agora de cunho econômico, já não se faz imprescindível um conflito armado interimperialista de grande envergadura para abocanhar o espaço absoluto/relativo de um país de economia inferior.

Considerada entonces en retrospectiva, la violencia imperialista jugó el rol de garantizar una “acumulación originaria” en la periferia, abriendo el camino para la acumulación capitalista en las periferias. Por eso mismo la violencia dejó paulatinamente de ser el medio para la extracción del excedente. La explotación pasó a ser económica, en el sentido planteado por Marx, también en los países atrasados (ASTARITA, 2009, p. 91; 92).

O imperialismo não se transformou no ultra-imperialismo, como conceituou Kautsky, ou seja, numa relação de paz duradoura entre as nações, pois isso significaria desconsiderar a conhecida e indissolúvel contradição, nos marcos da sociedade capitalista, entre os imperativos expansionistas do capital e os sistemas de mediação estatais, que não consegue dissipar em definitivo a possibilidade de deflagração de guerra interimperialista. O imperialismo também não se transformou em império – como Hardt; Negri (2005) tentaram nos fazer acreditar – ou seja, uma fase de Estados debilitados e ausência de uma referência espacial de poder e de reprodução do capital. O que se deseja apontar é que a previsão da mais absoluta beligerância entre as nações de economia avançada, como tônica da fase imperialista, obteve validade até certo momento da história.

Enfatizamos que com o elevado grau de internacionalização da economia capitalista, que estendeu os tentáculos da exploração do trabalho abstrato à quase totalidade do planeta e a economia financeirizada, que entrecruza interesses de *players* radicados em distintos países, não se faz mais premente o domínio político direto. Ele é indireto, mediado primariamente pela continuidade do processo de reprodução ampliada do capital que envolve as burguesias industrial/financeira/agrária das distintas formações sociais.

[...] la eficacia práctica del imperialismo pasa inexorablemente por estructura nacional-estatales de mediación. Nada más erróneo que suponer al imperialismo como un “factor externo”, que opera con independencia de las estructuras de poder de los países de la periferia. Lo que hay es una articulación entre las clases dominantes a nivel global, lo que hoy podríamos denominar una “burguesía imperial” – es decir, una oligarquía financiera, petrolera e industrial que se vincula y coordina trascendiendo las fronteras nacionales -, que dicta sus condiciones a las clases dominantes locales en la periferia del sistema, socios menores de su festín, pero que tienen la importante función de viabilizar el accionar del imperialismo a cambio de obtener ventajas y beneficios para sus propios negocios (BORON, 2012, p. 26).

Diferentemente do que disse Lenin, de que seria mais vantajoso para o capital financeiro lançar mão de uma dominação imediata com perda de independência política das nações, observa-se, quase cem anos depois dessa assertiva, que o capital financeiro finalmente alcançou o mais elevado processo de açambarcamento da riqueza social, num momento em que a colonização direta, ou seja, a subjugação política de toda uma nação, não figura mais como ordem prioritária. Contraditoriamente, o capital financeiro tornou-se mais penetrante, efusivo e com maior capacidade de ordenar toda a vida econômica de uma nação, quando as relações mediadas pela dominação político-militar perderam centralidade.

Isso significa que a noção de território econômico, preconizada por Hilferding (1985), que consistia de apropriação direta de um espaço (entendido por ele como área) de um país, para favorecer às corporações monopólicas nacionais, desproveu-se de correspondência real.

[...] tanto Hilferding como Lenin resaltaron la creación de zonas de comercio exclusivas y el consiguiente surgimiento de imperios territoriales; pero el capitalismo financiarizado no ha producido ese tipo de fenómenos; por el contrario, ha habido presiones para la reducción de los aranceles y la homogeneización del marco institucional del comercio internacional. El proceso ha sido desigual y contradictorio y, como es costumbre, ha implicado la discriminación de los países subdesarrollados (LAPAVITSAS, 2011, p. 82).

Isso ficou mais nítido com as alterações processadas na economia capitalista e na geopolítica mundial, desde a eclosão da crise do capital na virada da década de 1960/70 e desde a implosão da União Soviética, a saber: as deliberadas (des)regulamentações fiscais e monetárias dos países, que alavancaram a mobilidade do capital, (res)significando tradicionais fronteiras políticas, a formação de uma aliança internacional, cristalizada na OTAN, e nucleada pelo incontestável poder bélico norte-americano, além da criação de algumas instituições multilaterais para atuarem como *bureau* político dos interesses das principais corporações capitalistas, a exemplo do FMI, Banco Mundial e OMC.

Assim, pode-se afirmar que o imperialismo contemporâneo consiste da presença de grandes corporações multinacionais, denominadas por muitos de empresas monopolistas ou oligopolistas, de desmesurada pujança econômica e de lobby político para a continuidade da reprodução ampliada do capital, especialmente, para o alcance de lucros extraordinários. Essas empresas atuam em um cenário de avassaladora hegemonia do capital financeiro, sobretudo, de sua dimensão mais especulativa, o capital fictício, transformando-as em corporações com elevado grau de concentração e centralização do capital. Elas combinam a extração do mais-valor, a punção sobre os lucros e, também, a mera valorização fictícia de seus investimentos. Ademais, apresentam uma dinâmica de operação calcada em uma peremptória mobilidade de seus ativos produtivos e financeiros, haja vista que a forte concorrência as impele a um processo de territorialização/desterritorialização sem limites.

Oliveira (2016) explica que o imperialismo vigente difere de outras manifestações pretéritas porque se insere no interior do processo de consolidação de oligopólios econômicos, que tem nas empresas mundiais seu arcabouço. Essas empresas mundiais contribuíram para a superação das velhas disputas interimperialistas por mercados e por controle de matérias-primas entre as denominadas “empresas nacionais”, uma vez que se

sustentam em três processos devidamente imbricados, qual seja: o imperativo de movimentos mundiais de capitais, a produção capitalista em escala mundial e a interface de ações governamentais também em nível mundial.

A particularidade do imperialismo contemporâneo é uma interpenetração de capitais de diferentes matizes e oriundos de diversos países, imbuídos da vontade de valorização imediata de seus investimentos, de modo que a delimitação da nacionalidade de uma corporação torna-se, no mínimo questionável.

Assim, um conjunto de capitalistas brasileiros associou-se e/ou fundiram-se com capitalistas estrangeiros formando novas alianças de classe em nível mundial, de certo modo abandonando disputas entre empresas estrangeiras e nacionais. Trata-se, portanto, de um novo momento da história mundial, onde nacionais e estrangeiros fazem alianças de classe fazendo surgir quer dentro quer fora empresas mundiais. Elas estão onde a reprodução ampliada do capital possa se fazer (OLIVEIRA, 2016, p. 88).

Não se quer afirmar que as abruptas diferenças tecnológicas e de domínio da ciência tenham se evaporado. Pelo contrário, estão vivas e isso é o que permite afirmar que as discrepantes produtividades de capital constante contribuem para uma concorrência desigual entre as corporações, contribuindo para o alcance de lucros extraordinários. Todavia, é preciso ressaltar que a financeirização da economia, permite aos *players*, situados em países periféricos, também partilharem desse virtuoso negócio.

O comando econômico sob a batuta do capital financeiro permite uma acumulação interestelar de capital sem paralelo na história. A escala mundial passa a ser dotada de grande primazia nas operações econômicas, especialmente aquelas voltadas a alimentar o capital portador de juros e o perdulário capital fictício. No imperialismo contemporâneo, a escala mundial exerce deveras influência no que se passa nas demais escalas, exigindo maior virulência na extração do trabalho excedente e na apropriação da renda da terra camponesa.

A mobilidade do capital assume ritmos cada vez mais frenéticos, ensejando por imobilizações produtivas no espaço de curto prazo. A tônica é aproveitar ao máximo as condições vantajosas de exploração do mais-valor, de acesso aos bens naturais e de relação promíscua com o Estado para assegurar a reprodução ampliada do capital e quiçá, lucros extraordinários. São sempre operações não longevas, materializadas pela produção de um espaço absoluto/relativo em um estreito intervalo de tempo que permita a exploração do trabalho excedente (na forma de mais-valia e de renda da terra) e a remuneração do capital financeiro. Não há qualquer preocupação com os rebatimentos desse processo fugaz de territorialização/desterritorialização.

Como consequência, os ataques contra o trabalho recrudesceram e essa é uma dimensão indissociável do imperialismo contemporâneo. São diversos expedientes de expropriação secundária praticada pelo capital no interior da sociedade capitalista, como o desemprego estrutural, a minoração sistemática dos salários, a violação de leis trabalhistas e dos direitos humanos, além de jornadas laborais aviltantes.

De modo geral, o capital amplia e acentua, neste começo de milênio, seu arco de efetivação enquanto relação social, não mais restrita ao mundo fabril e nos impõe que consideremos um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho. Concentrando-nos, por ora, na amplitude e na complexidade da questão do trabalho sob o capitalismo [...] podemos admitir que a sociabilidade contemporânea, muito mais fetichizada do que em períodos anteriores, reafirma a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias ancoradas, pois, na vigência do trabalho estranhado (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 03).

Isso tudo é realizado sob o artífice apoio estatal e como explicou Garcia (2010) trata-se de uma dinâmica de exploração da força-de-trabalho em escala mundial que aprofunda o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e acomete os trabalhadores das nações centrais e periféricas do capitalismo.

Meszáros (2011) aponta que na atualidade há uma ação orquestrada pelo capital para em conjunto atingir os trabalhadores, onde quer que eles se situem. Netto; Braz (2007) afirmam que no estágio imperialista em voga essa precarização do trabalho assume magnitude extraordinária, fazendo padecer a massa trabalhadora nas periferias e no centro capitalista.

Ademais dos ataques perpetrados contra o trabalho, se observa uma incursão do capital rumo à apropriação de bens indispensáveis à vida humana. Como explicou Fontes (2010) é a expropriação primária sob pilares mais destruidores. Terra, água e tudo diretamente relacionado às mesmas se tornou objeto de investida do capital para controle monopólico.

Perpetua (2016) afirma que as diversas formas de acumulação do capital estão imbricadas num dissimulado e perigoso enredo, onde bens considerados indispensáveis à espécie humana, em destaque, terra e água, são objetos de captura direta e indireta, transformando-se em ativos valorizados.

Além da crescente tentativa de apropriação monopólica de terra e água, podemos adicionar a disputa pela produção e distribuição de sementes. Nas últimas décadas, as incursões de corporações empresariais do ramo agroquímico sobre as sementes nativas ou crioulas, com o fito de destruí-las tem crescido exponencialmente. No México, por

exemplo, as contaminações deliberadas de plantações de milho nativo por milho transgênico tornaram-se corriqueiras.

Monsanto que controla actualmente el 90% de los transgénicos plantados comercialmente en el mundo, es probablemente uno de los responsables de la contaminación del maíz nativo de México. México no permite patentes sobre plantas. Las plantaciones de soja transgénica causante de la contaminación de la soja se debe a “programas piloto” o “experiencias de campo”, que se están realizando bien lejos de la capital y de la opinión pública mexicana (SEBASTIÁN, 2009, p. 131).

Instrumentalizado pela biotecnologia e pela engenharia genética, o capital tem sistematicamente destruído as sementes crioulas, patentizado espécies de plantas endêmicas e construído em laboratório produtos *ex situ* para convivência imponderável com os biomas. Os elementos necessários à reprodução da vida foram, sem cerimônia, inseridos no regime sociometabólico do capital, representando um desmesurado risco à humanidade.

A destruição do meio ambiente, a serviço dos interesses cegos do capital, assumiu proporções tais [...] que, mesmo que amanhã se reverta o processo, seriam necessárias várias décadas para produzir mudanças significativas visando neutralizar a articulação perniciosa, auto-impelida e auto-sustentada do capital, que deve perseguir sua "racionalidade", expressa em termos imediatamente "econômicos", por meio da *linha de menor resistência*; ademais, implicações potencialmente letais de se brincar com a natureza pelo uso imprudente da "biotecnologia", "clonagem" e pela modificação genética descontrolada de alimentos, sob os ditames de gigantes empresariais gananciosos e de seus governos. Tais implicações representam a abertura de uma nova "caixa de Pandora" (MÉSZAROS, 2003, p. 39).

As expropriações primárias também foram potencializadas e se verifica uma expansão do capital sobre formações sociais não-capitalistas, vide a violenta apropriação de terras camponesas e indígenas para o crescimento do agronegócio. A hegemonia do capital financeiro intensificou as pressões sobre as terras destinadas ao autoconsumo e às terras comunais. Moreira (1989) explica que a marcha do capitalismo, desde o final do século XX, esteve plasmada num elevado patamar de expropriação primária de camponeses e povos tradicionais – que galvaniza a mobilidade do trabalho – combinada com a reinvenção dos latifúndios.

A respeito disso, Harvey (2009b) afirma que o imperialismo contemporâneo se distingue de outros momentos porque há uma interpenetração da lógica territorial e da lógica capitalista de poder, descritas inicialmente por Arrighi (1996), que recrudesce os mecanismos expropriadores do capital, num processo denominado por Harvey de acumulação por espoliação. Ou seja, um processo inscrito numa lógica de economia mundialmente financeirizada e de crise, em que o capital deliberadamente busca subjugar

os espaços dotados de relações não-capitalistas, como também, mercantilizar serviços públicos, suprimir direitos, extorquir por meio dos juros, privatizar ativos públicos, entre outros fins.

Dessa feita, na atual quadra da história, o imperialismo, mediado pela internacionalização do capitalismo e acumulação mundializada de capitais tem se notabilizado pela diversificação e intensificação de seus mecanismos imanes de expropriação, que potencializam a partilha territorial.

Os conflitos bélicos prosseguem e o recurso à guerra não saiu do conhecido cardápio da fase imperialista do capitalismo, entretanto, eles se tornaram mais seletivos e direcionados a determinadas formações sociais, ainda não perfeitamente adaptadas ao hierárquico sistema imperialista mundial ou que de alguma maneira obstaculizem a *vorágine* do capital. Boron (2012) explica que desde 1945 houve guerras, entretanto estas tem sido do capital contra a população das periferias (intra e inter-nações) do sistema capitalista e não entre as conhecidas nações da economia central.

As armas de guerra continuam a ser produzidas e o complexo militar-industrial segue a todo vapor, ainda notavelmente marcado pela concentração e centralização² de capitais em economias centrais do capitalismo, mas com saliente crescimento de empresas radicadas em economias periféricas. No relatório divulgado pelo Sipri³, no ano de 2014, referente ao ranking das 100 principais companhias produtoras de armas e serviços militares, é possível observar que há uma ligeira inflexão para baixo da totalidade das receitas auferidas no ano de 2012, porém, é mais de 40% superior às cifras de 2002. Também se observa que 69 companhias presentes no ranking, ou seja, 84,2% do total das empresas citadas no estudo, radicam em países da América do Norte (38 nos Estados Unidos e 1 no Canadá) e Europa Ocidental (30 no total, distribuídas, principalmente, entre o Reino Unido e a França). O estudo chama a atenção para os “*emerging producers*”, sublinhando o crescimento da totalidade das receitas armamentistas de empresas radicadas em países como Brasil, Índia, Coréia do Sul, Singapura e Turquia. A Embraer S.A., por exemplo, única empresa radicada no Brasil listada no ranking e uma corporação

² Refiro-me a profusão de empresas que aliam a fabricação de produtos da indústria não militar a produtos militares. A respeito disso, explica Martins (2005): “É difícil descobrir o que é produção de armamento ou produção civil em empresas como a Lockheed, General Electric, General Motors, IBM, Monsanto, quer dizer, nas maiores empresas americanas. A Boeing, por exemplo, é a maior produtora mundial de grandes aviões civis, mas também uma das maiores na produção de aviões supersônicos de combate (F-16 etc.)” (Ibid, p. 46).

³ Sigla em inglês do Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo.

transnacional com operações industriais e financeiras em outros países⁴, saltou de 94º lugar no ranking de 2010 para 62º lugar em 2013.

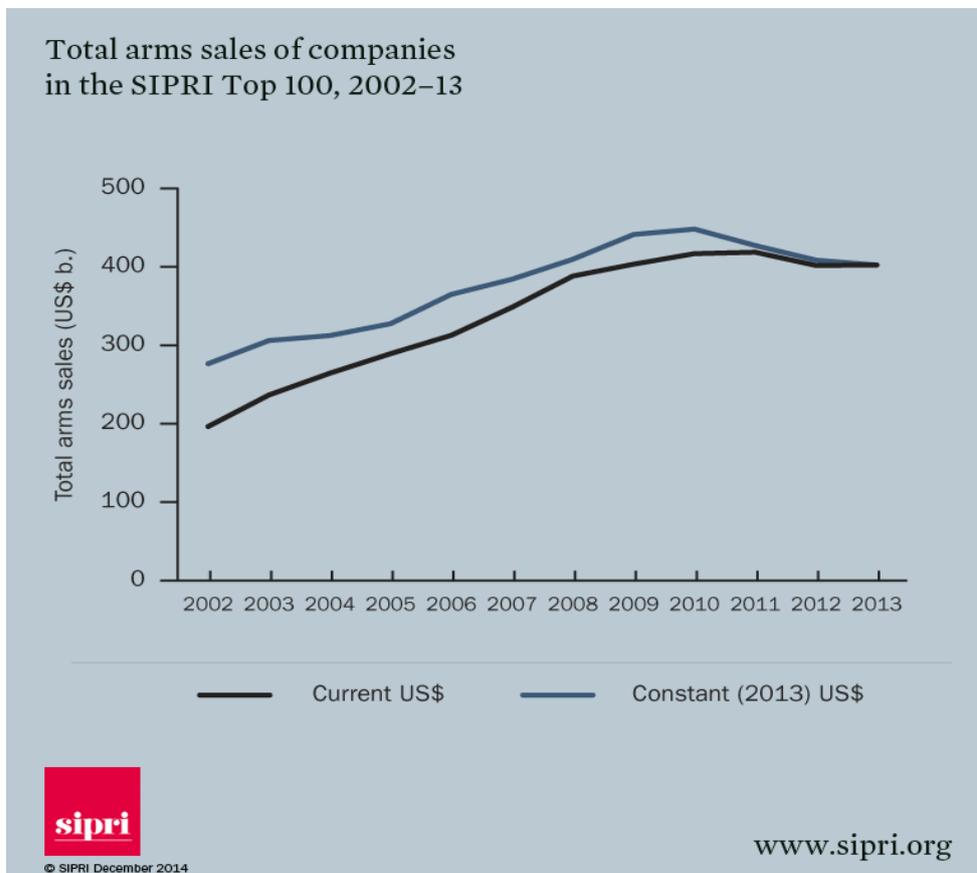


Figura 1: Total de Armas vendidas por Companhias no Ranking SIPRI 100. Fonte: SIPRI, 2014, p. 01.

⁴ A empresa oferece papéis nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova York e capta parte importante de seus recursos de fundos de pensão.

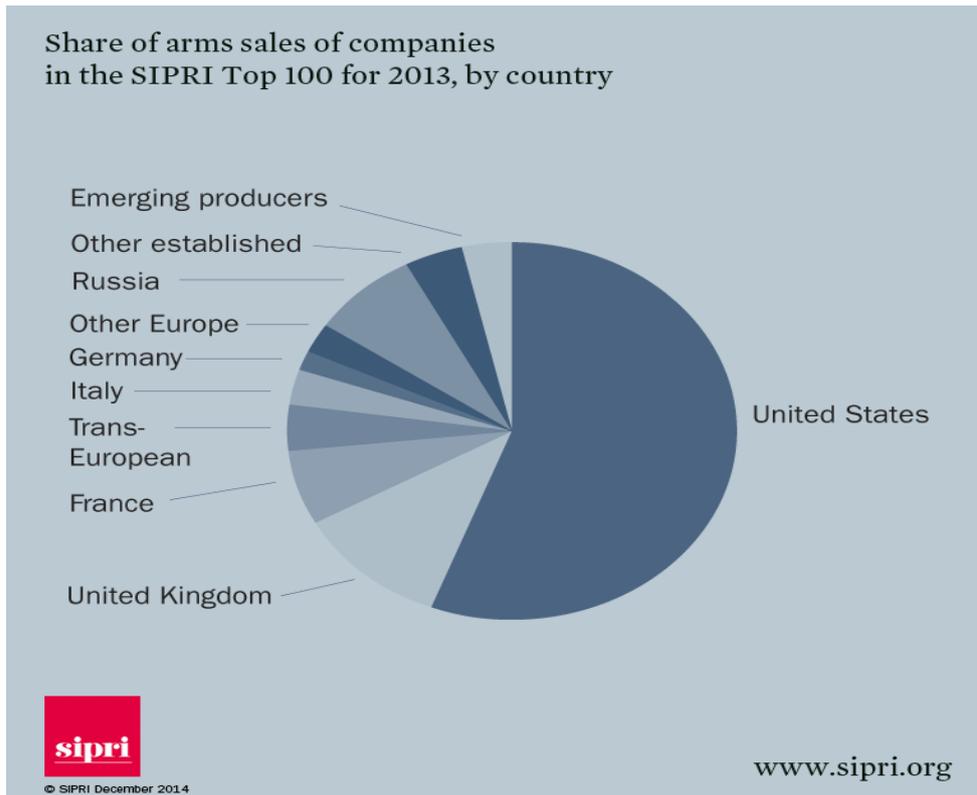


Figura 2: Divisão de armas vendidas pelas companhias no Ranking SIPRI 100, por país.
Fonte: SIPRI, 2004, p. 02.

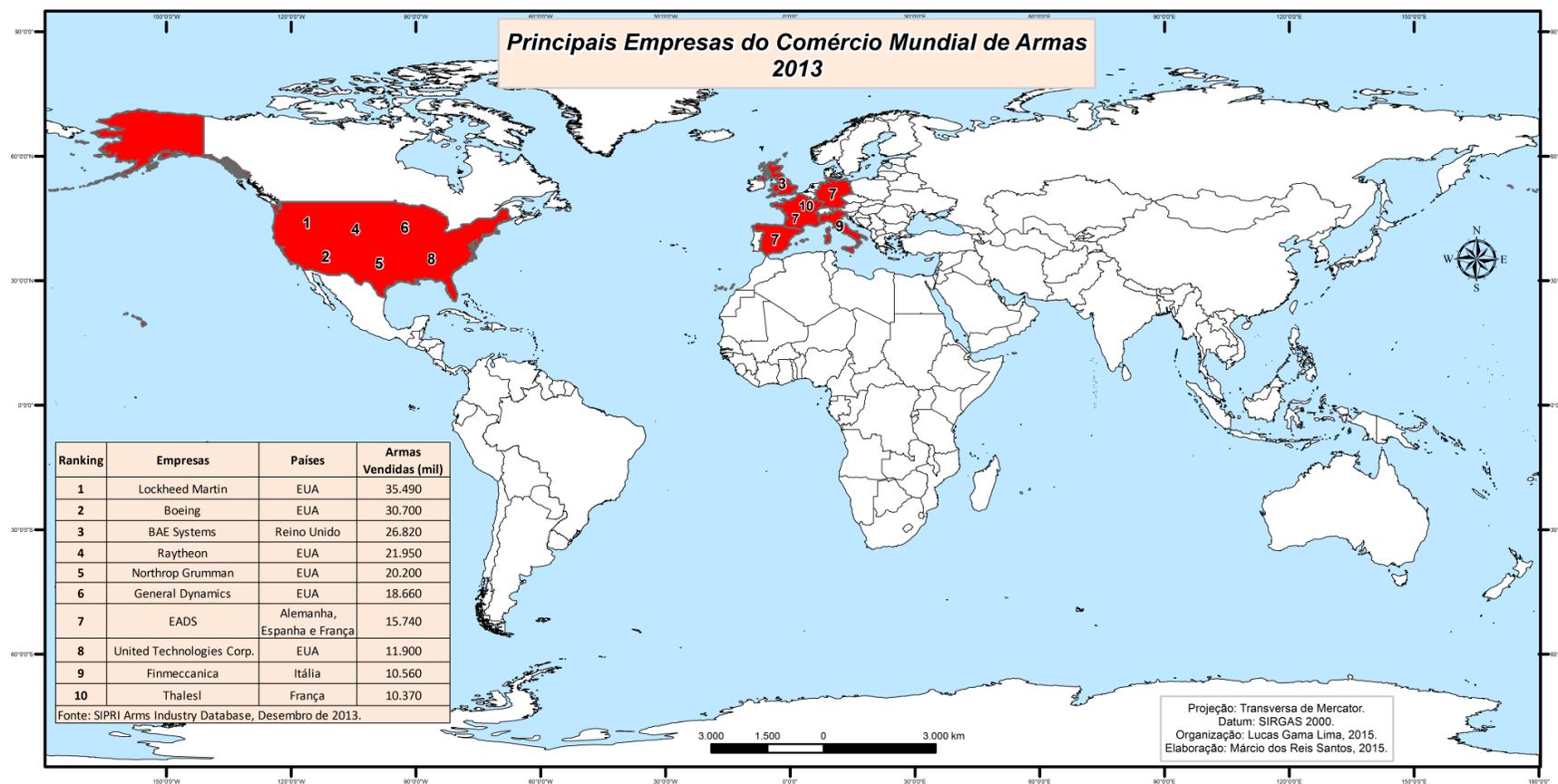


Figura 3: Distribuição das principais empresas do comércio mundial. Fonte: Sipri, 2014, p. 03

Embora siga em ritmo quase recalcitrante o complexo militar-industrial também se alterou. Se antes a aquisição de armas e equipamentos militares estava indissociavelmente relacionada aos Estados-nação – tendo como objetivo dotar de força seus respectivos exércitos –, com o fim da Guerra-Fria emergiram companhias voltadas à execução complementar de operações militares. São os novos mercenários⁵ da indústria da guerra.

Uma publicação do Center for Public Integrity divulgada no ano de 2002, aponta que a terceirização de operações militares, especialmente aquelas de alcance rápido, se tornou a tônica da relação íntima entre Estados e companhias privadas de mercenários. Essas companhias, que já atuavam nos Estados Unidos há mais de três décadas, expandiram sua atuação para numerosos países, especialmente Estados Unidos, Reino Unido e África do Sul.

Não se descarta o aparecimento de uma guerra de proporções inigualáveis que envolva as principais economias do sistema imperialista. A violência foi parteira do capitalismo e o segue como parceira fiel sob a fase imperialista. Esta premissa se torna ainda mais relevante, quando se observa que, sob a fase imperialista do capitalismo, se registrou rotineiramente maiúsculas crises do capital, decorrentes da diminuição das margens de valorização produtiva do valor e do descolamento exponencial da esfera financeira.

A crise do capital tornou-se estrutural e cada vez é mais flagrante a irracionalidade do capital, buscando “saídas” parciais em formas barbáricas, a exemplo da guerra. Esta sempre figurou como uma alternativa contingente para crises de superprodução do capital, pois sua capacidade de liquidar excessos inconvenientes sempre esteve à mão. Mészáros (2003), ao periodizar sobre os tipos de imperialismo que se cristalizam na história, afirma que o imperialismo contemporâneo, correspondente à crise estrutural do capital, tornou-se mais perigoso e com dimensões irremediavelmente mais destrutivas que suas formas anteriores, de modo que a disjuntiva de Luxemburgo (1915), “socialismo ou barbárie”, cunhada em sua crítica à socialdemocracia europeia é, sarcasticamente, alterada por ele com a seguinte expressão: “barbárie, se tivermos sorte”. Ainda no que concerne ao recrudescimento da capacidade imanente ao capital de destruição societária, Mészáros, em outra publicação, nos diz:

[...] o método de solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que só aparece com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: isto é, destruindo

⁵ Mercenários são oficialmente banidos pelo artigo 47 das Convenções de Genebra.

sem cerimônia unidades de superproduzidas e não mais viáveis de capital, intensificando convenientemente tanto a concentração como a centralização do capital e reconstituindo a lucratividade do capital social total. A inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna então o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente [...] (MÉSZAROS, 2002, p. 692; 693).

Dessa feita, afirmamos que as possibilidades da irracionalidade do capital se substancializarem com mais nitidez, através de uma incomensurável contenda bélica, estão sempre no horizonte. Mas, sublinhamos que há um obstáculo na atualidade que a torna pouco factível, qual seja, o patamar de desenvolvimento das forças produtivas, ao longo do último século, permitiu a emergência de um verdadeiro complexo industrial-militar que se articula na forma de *clusters*, envolvendo universidades, centros de pesquisa, órgãos militares pertencentes ao Estado e grandes corporações transnacionais.

Eles se dedicaram a construir um arcabouço de armas letais jamais vistas, potencializando a capacidade de destruição. Este fastidioso cardápio de armas se espalhou para vários países desde que o complexo militar-industrial foi devidamente subordinado à lógica de valorização do capital. Ou seja, desde que a mercantilização da indústria da destruição assumiu patamares significativos mais e mais corporações radicadas em diferentes formações sociais se dedicaram a essa lucrativa operação. Obviamente a produção tecnológica segue altamente concentrada em poucas corporações, mas se registra um crescente processo de associações, fusões, *joint ventures* entre um significativo número de corporações, que propicia o compartilhamento de informações e, até certo ponto, de tecnologia militar.

Assim, é pouco provável que a encarniçada disputa econômica desague num desatinado conflito de proporções incomensuráveis como ocorreu nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais. A guerra para que atue como um verdadeiro recurso de contratendência à crise do capital não pode perdurar por muito tempo e tornar-se um mecanismo absolutamente imponderável. Como explica Dantas (2007), o setor bélico tem a capacidade de estimular a indústria não bélica, gerando efeitos positivos no plano imediato, no entanto, a manutenção da indústria da guerra se vale do aumento dos impostos cobrados pelo Estado e do maior endividamento do mesmo com a maior oferta de títulos da dívida pública para remunerar o capital fictício, sendo um recurso inócuo de contratendência à crise do capital a longo prazo. Um antídoto que apresenta limites objetivos.

O problema é que gasto militar, que vem como resposta à estagnação econômica (da economia não-militar), estimula o crescimento econômico

em geral, mas depende de que aquele capital, da economia não-militar – assim como também o próprio capital do setor bélico – por sua vez, aumente a taxa de extração de mais-valia, explore o trabalho vivo, consiga aumentar sua massa de lucro, caso contrário, o setor de bens de destruição não terá onde se apoiar consistentemente (Ibid, p. 69).

É sintomático o aparecimento de nações até então classificadas como periféricas, semicoloniais e subdesenvolvidas na multibilionária indústria da guerra. Isso evidencia que na atualidade há um comprometimento dos Estados e das corporações concorrentes em articular uma infraestrutura internacional de repressão e expropriação. Tudo em nome da necessidade compulsória de valorização do capital.

Essa relação entre os Estados e as corporações concorrentes não se realiza sem contradições e linhas de instabilidade, mas, fundamentalmente, trata-se de uma relação dialética que imiscui os Estados para a promoção da valorização do capital, num contexto de crise estrutural do capital, e sem dissolver as assimetrias econômicas entre as formações sociais.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que, o imperialismo como categoria de análise é essencial à compreensão da totalidade contraditória do capitalismo. Apesar das tentativas de obnubilá-lo ou substituí-lo é ferramenta imprescindível à investigação da dinâmica expropriadora e irracional do capital. Ele não se resume a uma mera investida militar de um Estado contra outro. Trata-se de uma fase do modo de produção capitalista que passou por alterações ao longo do último século e que, na atualidade, cristaliza-se na mais absoluta hegemonia do capital financeiro, no poder das grandes corporações empresariais, no maiúsculo entrecruzamento de capitais – provenientes de diversas formações sociais – e no recrudescimento das expropriações primárias e secundárias.

Diferentemente da época da análise dos primeiros críticos do imperialismo, não se pode afirmar que há uma nítida exploração econômica das nações imperialistas, compreendidas como um seletivo núcleo de países detentores de companhias monopólicas nacionais, contra as nações periféricas. O curso da internacionalização da produção capitalista ao longo do século XX e a acumulação mundializada de capitais acrescentaram três características que não podem ser olvidadas: a) emergiram corporações multinacionais radicadas nos países periféricos com operações em países do seletivo núcleo de nações centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Europa. Obviamente, é um contingente bem inferior à quantidade de corporações radicadas nos países centrais, mas, um indicador de que as multinacionais radicadas nos países periféricos também partilham do desejo

comum de valorização de seus capitais, extraindo trabalho excedente, puncionado os lucros e abocanhando ficticiamente seus investimentos também no exterior; b) formou-se um mercado financeiro em escala mundial, onde as corporações também se capitalizam através de *players* situados em outros países. Há uma resignificação das fronteiras dos Estados para assegurar torrenciais deslocamentos de massas de capitais. Como tratou Oliveira (2016) a internacionalização do capitalismo e mundialização do capital são expressões processuais da transição de um capitalismo industrial e financeiro, centrado em economias nacionais, para um modo de produção, operado hegemonicamente em nível mundial. Dessa feita, a conhecida ideia de corporações nacionais já não corresponde com rigor à realidade, pois, apesar de continuarem dispondo de proteção e subsídios dos Estados que comandam politicamente o território onde radicam, as corporações estão crescentemente envolvidas em operações no exterior e parcela expressiva de suas ações está nas mãos de outros *players* e; c) constituíram-se articulações militares de cunho hierárquico e contraditório entre as formações sociais centrais e periféricas. Essas articulações, por sua própria natureza, não eliminam as rivalidades e contendas históricas, mas as inscrevem num contexto mais complexo, diante da singular e ignominiosa capacidade bélica destrutiva presente em diversas forças militares e diante da interpenetração de capitais de variados países. A irracionalidade do capital e sua propensão à destruição não se dissolveram. Pelo contrário, foram reforçadas. Entretanto, envolvem uma gama de contradições que percorrem a linha tênue das lógicas territorial e capitalista de poder.

Outrossim, o imperialismo contemporâneo tornou-se mais virulento e envolve uma complexa relação de interesses provenientes de vários países. A elevação de sua agressividade advém dos desejos incontroláveis do capital de seguir com sua reprodução ampliada. Dada às dificuldades de superação da crise estrutural que lhe acometem, a tendência que se vislumbra consiste de uma incursão ainda mais expropriadora do capital contra os trabalhadores e contra a espécie humana. Nesse sentido, afirma-se que a luta contra o imperialismo, na atual dinâmica de acumulação mundializada do capital, coincide com a empreitada contra o capital e o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, Aijaz. **O imperialismo do nosso tempo**. PP 71-94. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Orgs). *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- AMIN, Samir. **Los fantasmas del capitalismo: una crítica de las modas intelectuales contemporaneas**. Traducción de Magdalena Holguín. Bogotá: El Áncora Editores, 1999.

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo.** Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- ASTARITA, Rolando. **Monopólio, imperialismo e intercâmbio desigual.** Madrid: Maia, 2009.
- BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo.** Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- _____. **Imperio y Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri.** Madri: El Viejo Topo, 2003.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global.** Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- DANTAS, Gilson. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.
- GARCIA, Severina. **Relações e condições de trabalho no universo produtivo: escravidão contemporânea ou acumulação por espoliação?** Pp. 254-270. In: BOSCHETTI, Ivanete [et al.] (Orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.
- GOWAN, Peter. **Crise no centro. Consequências do novo sistema de Wall Street.** Revista Estudos Avançados, n. 23 (65), p. 49-72, 2009. Tradução de Maria Brant. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/NLR28901%20(1).pdf Acesso em 22/01/2017.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, David. **Espacios del Capital: hacia una geografía crítica.** Madrid: Akal, 2009a.

- _____. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LAPAVITSAS, Costa. **El capitalismo financiarizado. Crisis y expropiación financiera.** Pp. 33-90. In: MOREIRA, Carlos; LAPAVITSAS, Costa (Coords). *La crisis de la financiarización.* Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Economicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução de Silvio Donizete Chagas. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **Socialismo ou barbárie.** (1915). Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm> Acesso em 07/05/2017.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: a economia da política externa norte-americana.** Tradução de Sílvia Freire de Andrade. Porto: Portucalense, 1972.
- MARTINS, José. **Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil.** Revista Terra Livre, São Paulo, n. 6, p. 19-63, 1989.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016.
- PCB. **Resolução Política do V Congresso.** 1960. Disponível em https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb Acesso em 01/02/2017.
- PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico**

no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SEBASTIÁN, Luis. **Un planeta de gordos y hambrientos: la industria alimentaria al desnudo.** Barcelona: Ariel, 2009.

SIPRI. **The Sipri top 100 arms-producing and military services companies, 2013.** Disponível em <http://www.sipri.org/research/armaments/production/recent-trends-in-arms-industry/Fact%20Sheet%20Top100%202013.pdf>. Acesso em 22/05/2016.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Reestruturação Produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** Revista Scripta Vetera, Barcelona. 2006. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sv-87.htm> Acesso em 08/05/2017.

TOUSSAINT, Eric. **A Bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Submetido em: 26 de março de 2017

Aceito em: 20 de abril de 2017